

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1	Qualidade e políticas públicas na educação / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-96-3 DOI 10.22533/at.ed.963181912 1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série. CDD 379.81
----	---

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O volume 1 da obra “Qualidade e Políticas Públicas na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AGENDA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS TRANSPLANTADAS NAS POLÍTICAS AVALIATIVAS	
<i>Luziane Said Cometti Lélis</i>	
<i>Dinair Leal da Hora</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819121	
CAPÍTULO 2	12
A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS ACERCA DA PROGRESSÃO CONTINUADA	
<i>Gilvânia Guedes Teixeira</i>	
<i>Horácio Medeiros Júnior</i>	
<i>Vânia Aparecida Calado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819122	
CAPÍTULO 3	22
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO DIREITO HUMANO: UMA LEITURA A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL	
<i>Ana Maria Maciel Rinaldi</i>	
<i>Kelci Anne Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819123	
CAPÍTULO 4	30
A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DA POLÍTICA	
<i>Jaqueline de Sousa Batista Figueiredo</i>	
<i>Luis Enrique Aguilar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819124	
CAPÍTULO 5	47
A EJA EM DOCUMENTOS LEGAIS: UM RECORTE DE 2001 A 2016	
<i>Greicimara Vogt Ferrari</i>	
<i>Ana Paula Colares Flores Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819125	
CAPÍTULO 6	55
A EVASÃO E O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU): REFLEXÕES NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	
<i>Janete dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819126	
CAPÍTULO 7	64
A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR PRIVADOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE	
<i>Janaina de Oliveira</i>	
<i>Natalia Maria Casagrande</i>	
<i>Diego José Casagrande</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819127	

CAPÍTULO 8	76
A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DAS REFORMAS EDUCACIONAIS	
<i>Julyette Priscila Redling</i> <i>Renata Cristina Geromel Meneghetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819128	
CAPÍTULO 9	89
A MATERIALIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE EXPRESSO NA LEI 5.692/1971 NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN	
<i>Tainá da Silva Bandeira</i> <i>Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819129	
CAPÍTULO 10	99
A REFORMA EDUCACIONAL NO BRASIL COMO REFLEXO DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA GLOBAL	
<i>Hildo Cezar Freire Montysuma</i> <i>Eilizabeth Miranda de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191210	
CAPÍTULO 11	111
A RELAÇÃO ENTRE FUNDEB, MATRÍCULAS, CUSTO ALUNO E PSPN: O CASO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE (2008-2014)	
<i>Amilka Dayane Dias Melo Lima</i> <i>Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191211	
CAPÍTULO 12	125
A TRAJETÓRIA DE LEGITIMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO	
<i>Leandro Aparecido de Souza</i> <i>Alberto Albuquerque Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191212	
CAPÍTULO 13	132
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A CRÍTICA AOS PROCESSOS DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	
<i>Rubens Luiz Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191213	
CAPÍTULO 14	146
ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DO NÍVEL SOCIOECONÔMICO DAS ESCOLAS	
<i>Girlene Ribeiro de Jesus</i> <i>Renata Manuely de Lima Rêgo</i> <i>Victor Vasconcelos de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191214	
CAPÍTULO 15	153
APROVAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO POR ESTADOS E MUNICÍPIOS E OS DESAFIOS PRESENTES NO CENÁRIO NACIONAL	
<i>Edson Ferreira Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191215	

CAPÍTULO 16	169
AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA OS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - MS	
<i>Maurício José dos Santos Silva Eugenia</i>	
<i>Portela de Siqueira Marques</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191216	
CAPÍTULO 17	181
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL SUPERIOR DO PRONERA	
<i>Rodrigo Simão Camacho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191217	
CAPÍTULO 18	192
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NAS FLORESTAS DO MARAJÓ/PA: REFLEXÕES SOBRE AS PESQUISAS REALIZADAS PARA O ENTENDIMENTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS E A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO NOS MUNICÍPIOS MARAJOARAS	
<i>Alexandre Augusto Cals e Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191218	
CAPÍTULO 19	205
AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NOS PROCESSOS DE MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE	
<i>Luiz Carlos Lückmann</i>	
<i>Éden Luciana Böing Imhof</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191219	
CAPÍTULO 20	221
CONDIÇÕES DE QUALIDADE DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL	
<i>Marcus Quintanilha da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191220	
CAPÍTULO 21	238
CULTURA E EDUCAÇÃO: ASPECTOS ETNOGRÁFICOS SOBRE A CULTURA DE GANZA	
<i>Tereza de Fatima Mascarin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191221	
CAPÍTULO 22	244
CURRÍCULO DO ESTADO DE SÃO PAULO; O DITO PELO NÃO DITO?	
<i>Célia Maria David</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191222	
CAPÍTULO 23	249
DESAFIOS EM AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA AGENDA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM O PAR (2007-2010) EM MOSSORÓ	
<i>Marcos Torres Carneiro</i>	
<i>Maria Aparecida de Queiroz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191223	
CAPÍTULO 24	253
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA POLÍTICA DE ZONEAMENTO ESCOLAR EM RIO BRANCO – AC	
<i>Lucilene Ferreira de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191224	
SOBRE A ORGANIZADORA	266

DESAFIOS EM AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA AGENDA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM O PAR (2007-2010) EM MOSSORÓ

Marcos Torres Carneiro

Universidade Federal do Rio Grande do Norte/
UFRN. Brasil. torriscarneiro@gmail.com

Maria Aparecida de Queiroz

Universidade Federal do Rio Grande do Norte/
UFRN. Brasil. cidinhaufrn@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo discute sobre aspectos da Política de Avaliação da Aprendizagem na Secretaria Municipal de Educação (SME) de Mossoró-RN, focando algumas rupturas e permanências evidenciadas na implementação do PAR nesse município entre 2007 e 2010 como parte da agenda nacional e internacional para educação brasileira. Inscreve-se na pesquisa Observatório de Educação (Capes) – Avaliação do (PAR): um estudo em municípios do Rio Grande do Norte, Pará e Minas Gerais (2007 a 2010), contemplando uma amostra com as capitais e mais quatro municípios desses estados, incluindo-se Mossoró/RN. O recorte da pesquisa analisa a problemática da avaliação da aprendizagem como estratégia de política educacional do estado brasileiro e toma como referência, a nova gestão pública. Com esse arcabouço teórico e metodológico privilegia contratos de gestão, os quais, supostamente, possibilitam que os entes federados compartilhem responsabilidades e flexibilizem o controle sobre as ações. Ressaltamos que a política Nacional de educação geradora do Plano de Ações Articuladas (PAR) foi instituída pelo Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007 e se constituiu em um plano estratégico de caráter plurianual e multidimensional, que inaugurou, recentemente, a viabilidade do

RESUMO: Este artigo discute sobre aspectos da Política de Avaliação da Aprendizagem na SME de Mossoró-RN, focando nas rupturas e permanências evidenciadas na implementação do PAR nesse município (2007-2010) como parte da agenda para educação brasileira. Quanto à metodologia tomamos a perspectiva sócio-histórica e a revisão teórica em estudiosos das temáticas como Afonso (2000), Lima (2012), Abrúcio (2005); Helena Freitas (2003); Aureliano; Queiroz (2016), Sacristán (1998), Holfmam (1993). O artigo encontra-se estruturado: introdução, descrição analítica da política de avaliação nacional; da política de avaliação na SME como dimensão do PAR. Nas considerações apresentamos críticas e perspectivas percebidas no estudo de aspectos da avaliação da aprendizagem no PAR em Mossoró/RN.

PALAVRAS-CHAVE: Política; Avaliação; Aprendizagem; PAR.

regime de colaboração dos entes federados, tendo a União como regulador e principal provedor. Visa otimizar os indicadores da educação básica brasileira revelados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. A primeira edição do PAR data do período entre 2007 a 2010 e a segunda, 2011 a 2014. Nos estados e municípios, a formulação desse plano coube às equipes técnicas locais, diretamente conectadas ao Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC, Módulo PAR/Plano de Metas, espaço virtual criado com essa finalidade. A metodologia de elaboração foi definida pelo Ministério de Educação e, dela, consta um diagnóstico da situação educacional, conforme o Guia de Orientação (BRASIL, 2007; 2011). A estrutura do Par é constituída por quatro dimensões: gestão educacional; formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação; e infra-estrutura física e recursos pedagógicos. Na implementação desse plano queremos identificar e analisar algumas rupturas e permanências inscritas na dimensão avaliação da aprendizagem nessa política da SME em Mossoró/RN.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia tomamos a perspectiva sócio-histórica; e, como procedimentos de pesquisa, realizamos a revisão teórica em estudiosos das temáticas que sustentam os argumentos Afonso (2000), Lima (2012), Cury (1992), Abrúcio (2005); Helena Freitas (2003); Scheib (2009), Brzezinski (2002); Dias Sobrinho (2000;2008); Souza (1994); Aureliano; Queiroz (2016), Sacristán (1998), Holfmam (1993). Para apreender dados da realidade e da dinâmica relativa à formulação e à implementação da política de Avaliação como dimensão do PAR, analisamos informações contidas em documentos e em entrevistas semiestruturadas feitas junto à integrantes das equipes locais. O artigo encontra-se estruturado com: introdução à temática (ou problemática); descrição analítica da política de avaliação nacional da aprendizagem; da política de avaliação na Secretaria Municipal de Educação (SME) como uma das dimensões do PAR identificando e analisando , nas falas dos entrevistados os desafios dos educadores em geral e dos gestores em particular na implementação dessa política no município de Mossoró/RN.

RESULTADOS

Constatamos no processo de pesquisa, que a política está permeada pela lógica da formalidade, ou seja, pela tendência da avaliação da aprendizagem tradicional. Nesse enfoque, a mensuração do desenvolvimento cognitivo do estudante caracteriza-se pela formalização e legitimação de sua permanência no ano ou para ascender a etapas ou níveis de escolaridade. Essa análise crítica à avaliação externa, encontra-se na fala de uma entrevistada (Inf04), cujo teor expressa o objetivo da

avaliação do Prova Brasil aplicada pelo MEC, de, simplesmente, identificar se, nos três anos iniciais do ensino fundamental, o estudante sabe ler e escrever o necessário. Fazendo-se um exercício de *metavaliação* dessa política, anuncia-se o problema dela gerar um contingente significativo de estudantes reprovados e ou que abandonou a escola. Continuam os argumentos da ent4evistada sobre o caso em evidência, que, o estudante é formalmente aprovado, ou seja, passa de ano, sem saber de nada. Sua aprendizagem está submetida à vulnerabilidade na aquisição de habilidades básicas do ensino fundamental. Em conseqüência, crianças e jovens desse nível de ensino, têm sido desestimulados a continuar estudando, e, a tendência é abandonar a escola. A eles se imprime a *cultura do fracasso*, em vez da *cultura do sucesso*. Essa dinâmica perversa da avaliação da aprendizagem, de responsabilidade das instâncias oficiais – MEC, Conselhos, Secretarias estaduais municipais de educação, a escola dentre outros –, alinham o ensino e a aprendizagem dos estudantes ao princípio da regulação, contrariando, portanto, o desenvolvimento da aprendizagem de crianças e jovens.

CONCLUSÕES

Nas conclusões apresentamos algumas críticas e perspectivas percebidas no estudo de aspectos da avaliação da aprendizagem no PAR em Mossoró/RN (2007-2011). O Prova Brasil, como estratégia na composição do Ideb, tornou-se a principal referência para aferir a qualidade do ensino, da aprendizagem dos estudantes, da escola e da educação como um todo. Entendemos, portanto, que essa política que corresponde a metas do PDE está direcionada à melhoria da qualidade da educação básica, é consoante com os acordos entre o Brasil e os organismos multilaterais, o que torna a avaliação da aprendizagem parâmetro para avaliar o custo benefício dos investimentos em educação. Mantém-se como desafio para gestores e educadores em todos os entes da federação, de modo particular em Mossoró/RN.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando. L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, PR, n. 24, p. 41-67, jun. 2005.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional : regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2000.

AURELIANO, Francisca Edilma Braga Soares; QUEIROZ, Maria Aparecida de. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE**, v. 32, n. 1, jan./abr. 2016, p. 111-129. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index>.

BRZEZINSKI, Iria. **Docência universitária e sucesso acadêmico: um olhar brasileiro**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002, p. 17-31.

CURY, Carlos Roberto J. 1992. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4 n. 1, p. 143-158, 2006 Cadernos de Pesquisa, n. 81, p. 33-44.

FREITAS, H.C.L. Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.24, n. 85, p. 1095-1124, dez. 2003

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora : uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

LIMA, Licínio C. **Elementos de análise organizacional das políticas e práticas de avaliação escolar**. In: WERLE, Flávia O. C. (Org.). Avaliação em larga escala: questões polêmicas. Brasília: Liber Livro, 2012. p. 15-38

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Compreender e transformar o ensino/** J. Gimeno Sacristán e A. I. Pérez Gómez; trad. Ernani F. da Fonseca Rosa – 4.Ed. – Artmed, 1998.

SCHEIBE, L. Relatório final de pesquisa do projeto “Subsidio à Formulação e Avaliação de Políticas Educacionais Brasileiras: avaliação da implantação das diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia”. Florianópolis: CNE/UNESCO, 2009. (meio digital).

SOBRINHO, José Dias; BALZAN, Newton César (orgs). **Avaliação institucional: teoria e experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, José Dias. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar., 2008.

SOUZA, V.T. Avaliação de aprendizagem. **Ensaio**, Rio de Janeiro, abr./jun.1994, vol.1, nº 3. p. 13-20.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-96-3



9

788585 107963